

Concentração é nas contas do governo

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — Se o Citibank resolvesse hoje emprestar US\$ 2 bilhões ao Grupo Votorantim, a entrada desses dólares no país não contribuiria em nada para aumentar a capacidade do pagamento da dívida externa brasileira. Mesmo que os credores emprestassem US\$ 8 bilhões ao setor privado brasileiro — o que corresponde ao total dos juros atrasados devidos pelo Brasil — a situação do país não se normalizaria junto à comunidade financeira internacional. Isto porque 90% da dívida externa brasileira de médio e longo prazos, que soma US\$ 100 bilhões, estão nas mãos do setor público. Foi exatamente essa concentração da dívida sob a responsabilidade do governo federal que levou a equipe econômica a desenvolver o conceito de capacidade de pagamento do país, apresentado há dez dias ao Comitê Assessor do bancos credores.

A dívida de empresas privadas brasileiras junto aos bancos no exterior é

de US\$ 9,8 bilhões. Desse total, US\$ 6 bilhões são devidos aos bancos credores privados e o restante a organismos internacionais. Esta dívida corresponde a apenas 10% do débito total do país junto a instituições privadas. Com base nesta constatação, o governo tenta convencer os credores de que a dificuldade de pagamento da dívida brasileira é de origem fiscal, ou seja, de escassez de cruzeiros nos cofres públicos para a compra dos dólares necessários ao pagamento de juros e amortizações desse débito. Esse diagnóstico substitui o outro — fartamente utilizado por economistas brasileiros e credores internacionais nos anos 80 —, de que o problema brasileiro era o desequilíbrio no balanço de pagamentos, o que induzia a esforços gigantescos para a obtenção de dólares com exportações.

A fatia do setor privado nacional no conjunto da dívida externa já foi muito maior. Em 1974, essas empresas eram responsáveis por 50,3% da dívida com a comunidade financeira internacional,

enquanto 47,7% cabiam ao governo. Mas a partir das elevações bruscas do preço do petróleo e dos juros internacionais, o setor privado deixou de ser tomador de recursos e passou a amortizar seus débitos. Em 1983, quando os dólares tornaram-se mais escassos, o governo centralizou os pagamentos ao exterior no Banco Central (BC). Desde então, as empresas privadas passaram a depositar esses pagamentos (em moeda nacional) no BC que, por falta de dólares, não os remetia ao exterior. O resultado foi a concentração de débitos sob a responsabilidade do governo.

A proposta de negociação da dívida apresentada aos credores estrangeiros prevê a liberação, ao exterior, de pagamentos de empresas privadas retidos no Banco Central. A expectativa de funcionários do BC é de que, a partir desse acerto de contas, as empresas brasileiras fiquem livres do carimbo de inadimplentes e possam habilitar-se a novos empréstimos no mercado financeiro internacional.